

Eixo Capital



ANA MARIA CAMPOS
anacampos.df@dabr.com.br

Arquivo pessoal



Apoio para buscar reajuste

O secretário de Segurança Pública, Sandro Avelar, mesmo se recuperando de uma cirurgia no quadril, acompanhou toda a negociação com o governo federal em torno da paridade dos salários de policiais civis aos da Polícia Federal. Ele esteve com a categoria, no Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos e com o ex-ministro José Dirceu em busca de apoio. Sandro está confiante de que o governo Lula vai conceder o reajuste esperado e autorizado pelo governador Ibaneis Rocha (MDB).

Divulgação/Cobrapol



Reconhecimento

O presidente da Confederação Brasileira de Policiais Civis (Cobrapol), Giancarlo Miranda, comentou o resultado da pesquisa Atlas/Bloomberg de 2025, publicada pela coluna na semana passada, segundo a qual a Polícia Civil é a instituição que mais inspira confiança entre os brasileiros. De acordo com o levantamento, 60% da população declarou confiar no trabalho desempenhado pelas corporações estaduais. Para Giancarlo, o índice registrado pela pesquisa indica que investir nas Polícias Civis significa apostar diretamente na segurança dos cidadãos. “Esse reconhecimento demonstra que a sociedade compreende a importância da nossa atuação. Valorizar os policiais civis não é apenas uma questão corporativa, mas uma medida concreta para garantir mais segurança e justiça à população brasileira”, afirma Giancarlo Miranda.

Fabício Fontoura é promovido a desembargador

O Pleno do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) promoveu, pelo critério de antiguidade, o juiz de direito substituto de 2º grau Fabício Fontoura Bezerra ao cargo de desembargador. O magistrado vai ocupar a vaga aberta com a aposentadoria do desembargador Getúlio de Moraes Oliveira. Fabício foi bastante elogiado pelos colegas pela competência, o zelo e a dedicação ao trabalho. Além de dedicado à magistratura, ele foi reconhecido como excelente pessoa e profissional.

Três décadas de magistratura

Fabício Fontoura Bezerra era o terceiro na lista de antiguidade, atrás dos juízes de segundo grau Demetrius Gomes Cavalcanti e José Eustáquio de Castro Teixeira. Mas foi eleito por unanimidade pelos colegas do Pleno do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT). Fabício tomou posse como juiz em 3 de fevereiro de 1995, há 30 anos.

Divulgação/TJDFT



Divulgação



Quase desembargador

O juiz de direito substituto Demetrius Gomes Cavalcanti (foto) chegou a ser promovido a desembargador em junho. Mas a medida foi anulada para atender à política de paridade de gênero estabelecida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A vaga foi ocupada pela juíza Soniria Campos D'Assunção, promovida a desembargadora. Demetrius deve ser promovido na próxima vaga.



MANDOU BEM

A OAB/DF inicia, amanhã, uma campanha de doação de sangue em apoio à Fundação Hemocentro de Brasília, que está com o estoque em baixa neste mês.



MANDOU MAL

A divulgação das conversas entre o deputado Eduardo Bolsonaro e o ex-presidente Jair Bolsonaro sinalizam uma relação tumultuada e desrespeitosa do filho com o pai.



ENQUANTO ISSO... NA SALA DE JUSTIÇA

Marcada para 10 de setembro, a audiência pública no Supremo Tribunal Federal (STF) que vai discutir pejetização foi adiada para 6 de outubro. Nesse período, os ministros estarão envolvidos no julgamento da tentativa de golpe.

“O bom juiz tem que ser reconhecido pelo respeito. Não pelo medo. Que as suas decisões gerem paz social, e não caos, incerteza e insegurança”

Ministro André Mendonça, do STF



Antonio Augusto/STF

“Só um Poder Judiciário independente é respeitado. O respeito se dá pela independência. Um Judiciário vassalo, covarde, um Judiciário que quer fazer acordos para que o país momentaneamente deixe de estar conturbado não é um Judiciário independente”

Ministro Alexandre de Moraes, do STF



Rosine Coutinho/SCQ/STF



SÓ PAPOS

À QUEIMA-ROUPA



ENOQUE VENÂNCIO, presidente do Sindicato dos Policiais Civis do DF (Sinpol-DF)

Como foi a receptividade à proposta do governo federal para o reajuste dos policiais civis do DF?

A proposta foi recebida com grande frustração pela categoria, que já atravessou longos períodos de espera e sacrifício. Havia uma expectativa muito grande de que o governo do presidente Lula restaurasse a equiparação com a Polícia Federal, mas a proposta apresentada, de 18%, ficou muito aquém para que isso se concretize. Esse argumento, de usar um reajuste passado — concedido apenas para recompor perdas históricas — como justificativa, em vez de fortalecer o diálogo, amplia o sentimento de descaço e reforça a urgência da mobilização permanente. É preciso lembrar que a equiparação sempre foi reconhecida em governos anteriores, especialmente no governo

Lula, e não há motivo para que esse compromisso seja abandonado agora.

O que a categoria esperava?

A categoria esperava que a proposta encaminhada pelo GDF em fevereiro — que garante a equiparação em maio de 2026 e já foi aprovada por unanimidade em assembleia — fosse respeitada e apresentada. Também aguardava uma proposta técnica, com base orçamentária clara, compatível com a relevância do trabalho da PCDF, que não atende apenas ao DF, mas também cumpre papel central na segurança da União, de suas autoridades e de representações internacionais na capital federal. A estrutura híbrida da PCDF — subordinada ao DF, mas organizada e custeada pela União — deveria ser tratada como diferencial positivo, garantindo não apenas o

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



reconhecimento pelos resultados já comprovados, mas também a justa valorização remuneratória.

Acredita que ainda há a possibilidade de avanços nessa negociação?

Sim. Até porque a mesa é de negociação: se não houver abertura para ajustar uma proposta rejeitada

“É preciso lembrar que a equiparação sempre foi reconhecida em governos anteriores, especialmente no governo Lula, e não há motivo para que esse compromisso seja abandonado agora”

pela categoria, não se pode chamar o processo de “fórum de diálogo” nem o resultado de “acordo”. Ainda não recebemos oficialmente essa proposta, o que significa que há espaço para melhorias. Além disso, confiamos no histórico do governo Lula em valorizar a PCDF e manter a simetria com a Polícia Federal, por ser medida de justiça corporativa e estratégica para a segurança pública.

Como avalia o apoio político que a categoria vem recebendo?

Nesse momento, todo apoio é extremamente importante. Temos recebido respaldo de parlamentares de diferentes campos ideológicos e, mais recentemente, o apoio relevante do ex-ministro José Dirceu, que certamente fortalece

nossa luta. Esse tipo de articulação ajuda a manter a causa no centro do debate político e reforça a legitimidade da nossa reivindicação.

Os recursos são do orçamento do próprio DF. Por que o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos está propondo um reajuste abaixo do autorizado pelo governador Ibaneis Rocha?

Até agora, não houve justificativa técnica para essa mudança de entendimento sobre a nossa equiparação com a Polícia Federal. Nada a explica. Por isso, acreditamos que, ao tomar conhecimento direto da realidade e da luta da categoria, o presidente Lula irá restabelecer esse direito histórico, corrigindo essa distorção.